

Ficha da Ação

Designação Avaliação nos ensinos básico e secundário: como avaliar para o sucesso educativo?

Região de Educação **Área de Formação** A B C D

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Oficina de Formação

Duração

Nº Total de horas presenciais conjuntas 25 Nº Total de horas de trabalho autónomo 25

Nº de Créditos 2

Calendarização

Entre 3 e 4 (meses)

Cód. Área C10 **Descrição** Práticas de Avaliação do Rendimento Escolar,

Cód. Dest. 99 **Descrição** Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação especial

Dest. 50% SD **Descrição** Sem destinatários

Nº de formandos por cada realização da ação

Mínimo 5 Máximo 20

[Anexo B](#)

A preencher nas modalidades de Oficina, Estágio, Projecto e Círculo de Estudos

Razões justificativas da ação: Problema/Necessidade de formação identificado

O debate sobre o que se aprende e como se aprende na escola do século XXI é hoje um tema de interesse do domínio público, sendo consensual que a escola é o território de eleição no desenvolvimento de competências para a sociedade do conhecimento e para o exercício de uma cidadania ativa e democrática.

Consciente destes desafios, o XXI Governo Constitucional estabeleceu, como prioritário na área da educação, entre outros, os seguintes objetivos:

Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados para que todos os alunos possam aprender;

Desenvolver ações para garantir que as aprendizagens dos alunos constituam o cerne dos projetos educativos das escolas e dos agrupamentos, considerando as salas de aula como espaços privilegiados para aprender a descobrir, a analisar e a interpretar fenómenos científicos, sociais, artísticos, ambientais e tecnológicos;

Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes. (Programa do XXI Governo Constitucional)

Com vista à consecução destes objetivos, o Ministério da Educação desenvolveu uma estratégia na qual se incluem diferentes medidas, entre as quais, a criação de um "Perfil de competências após 12 anos de escolaridade", o desenvolvimento de um programa de educação para a cidadania, de um programa para a promoção da inclusão, o desenvolvimento de um Currículo para o Século XXI: Aprendizagens Essenciais, por área disciplinar/disciplina e a redefinição dos "princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, afirmando a dimensão eminentemente formativa da avaliação, que se quer integrada e indutora de melhorias no ensino e na aprendizagem" (Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril).

Neste quadro legislativo, avaliar é, fundamentalmente, o processo que possibilita aprender e ensinar melhor, fornecendo ao aluno, ao professor, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes neste processo, informação relevante que permita a revisão, o ajustamento e a melhoria da aprendizagem, do ensino e da avaliação.

Embora a avaliação nos ensinos básico e secundário compreenda as modalidades diagnóstica, formativa e sumativa, o contexto educativo nacional tem vindo, maioritariamente e, nos últimos anos, a privilegiar a sua vertente sumativa, com foco essencialmente nos resultados. Neste contexto, a avaliação formativa, enquanto facilitadora da regulação da aprendizagem e do ensino, deve assumir especial relevância por forma a concretizar o objetivo da melhoria das aprendizagens.

Importa, assim, capacitar os docentes dos ensinos básico e secundário, em funções no contexto educativo nacional, dos princípios, finalidades, métodos, técnicas e instrumentos de avaliação interna que privilegiem a recolha sistemática de informação. Deste modo, a avaliação poderá, atempadamente, permitir um aperfeiçoamento dos desempenhos, a reformulação dos percursos realizados, o levantamento das dificuldades, a diferenciação pedagógica, a redefinição dos planos e das etapas de ensino, que irão contribuir efetivamente para a melhoria do sucesso escolar.

Neste âmbito, propõe-se a realização de uma oficina de formação que permita que os docentes se apropriem de conceitos-chave da avaliação formativa, desenvolvam técnicas ativas, construam instrumentos inovadores adaptados ao contexto educativo específico, que se estabeleçam momentos de experimentação e análise dos mesmos com vista ao seu aperfeiçoamento ou reformulação. Deste modo, pretende-se motivar, capacitar e apoiar os docentes a melhor planear, agir, refletir criticamente sobre as potencialidades da avaliação aplicação e ajustar as suas práticas em prol do sucesso das aprendizagens dos alunos.

Efeitos a produzir: Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didáticos

Com esta oficina de formação, pretende-se que os formandos sejam capazes de:

- Refletir sobre os princípios orientadores e as finalidades da avaliação;
- Consolidar conhecimento sobre as diferentes modalidades de avaliação;
- Refletir sobre a relevância da avaliação formativa enquanto processo facilitador da regulação do ensino e das aprendizagens;
- Reconhecer o carácter contínuo e sistemático dos processos da avaliação formativa;
- Aprofundar os conhecimentos sobre métodos, técnicas e instrumentos de recolha, análise e comunicação de informação;
- Experimentar, analisar e refletir sobre a adequação desses recursos ao contexto educativo específico;
- Produzir, testar e ajustar recursos análogos adaptados ao contexto educativo específico;
- Criar um espaço de partilha/reflexão sobre a aplicação prática desses recursos e na construção dos critérios de avaliação e de classificação;
- Construir processos de avaliação das aprendizagens no âmbito do plano de turma;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da prática pedagógica dos docentes no âmbito da avaliação;
- Melhorar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Conteúdos da acção

1. Definição, finalidades e princípios da avaliação (2h)
2. A avaliação centrada nas aprendizagens dos alunos: Por que se avalia? O que se avalia? Quem avalia? Como se avalia? Quando se avalia? (2h)
3. Modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa, sumativa (2h)
4. Estratégias de avaliação, critérios de avaliação e de classificação (4h)
5. Avaliação formativa: processos, estratégias, frequência e intervenientes (4h)
6. Métodos, técnicas e instrumentos de avaliação formativa (4h)
7. Planificar, registar, analisar e ajustar as práticas (3h)
8. Conceção, experimentação e reflexão, em contexto, de processos de avaliação formativa (4h)

Metodologias de realização da acção

Passos Metodológicos

A oficina de formação será desenvolvida num total de 50 horas de carácter teórico-prático, que incluem 25 horas na componente de formação presencial e 25 horas na componente de trabalho autónomo, nos seguintes moldes:

As sessões presenciais terão carácter teórico-prático e as atividades propostas encontram-se projetadas para uma experimentação prática pelos formandos nos seus contextos educativos.

• Sessões presenciais, incidindo nos conteúdos da oficina de formação e incluindo metodologias ativas e participativas, designadamente através de minipalestras; visionamento de vídeos; leitura crítica de documentos; discussão em plenário, constituição de grupos de trabalho em pequeno grupo e pares; demonstração de técnicas; reflexão; discussão; realização de atividades práticas; planificação, conceção, adaptação e experimentação de recursos; apresentação e experimentação dos trabalhos desenvolvidos e partilha de experiências entre formandos;

A componente de trabalho autónomo será apoiada numa plataforma de aprendizagem (e.g. Moodle), nomeadamente, para acesso aos conteúdos das sessões, atividades a realizar, recursos e ferramentas, manuais, tutoriais ou documentos de apoio, e ainda para acesso a fóruns de discussão, de reflexão e de partilha, entre outros sistemas de comunicação/interação estabelecidos entre os formandos e formadores.

Trabalho autónomo/Apoio em contexto

Planificação orientada de instrumentos de avaliação, discussão, aplicação, reflexão e ajustamento em sala de aula ou noutros contextos escolares.

Construção de instrumentos de avaliação, adequados aos seus alunos em contexto curricular e educativo, utilizando as ferramentas exploradas nas sessões conjuntas.

Análise crítica dos resultados da aplicação dos instrumentos, com o objetivo de eventual reajustamento e partilha de práticas.

Calendarização

- 1.º mês 12 horas
- 2.º mês 7 horas
- 3.º mês 6 horas

Número total de horas previstas por cada tipo de sessões:

Sessões presenciais conjuntas: 25 horas

Trabalho autónomo: 25 horas

Regime de avaliação dos formandos

A avaliação contínua do desempenho dos formandos terá incidência no trabalho realizado nas sessões presenciais, bem como na componente de trabalho individual, através dos instrumentos de avaliação produzidos e aplicados nos momentos de apoio em contexto.

No final da oficina de formação, os formandos serão avaliados individualmente, de acordo com a qualidade dos recursos da sua autoria, expressa nos documentos apresentados e durante a sua apresentação/discussão em plenário.

A avaliação final expressa-se de acordo com a escala quantitativa de 1 a 10 valores, acompanhada uma menção qualitativa (Insuficiente; Regular, Bom, Muito Bom e Excelente). conforme indicado no Despacho n.º 4595/2015, de 6 de maio. Esta avaliação será acompanhada de uma apreciação descritiva do trabalho realizado, que permita ao formando ter a perceção dos seus pontos fortes e das suas oportunidades de melhoria.

Forma de avaliação da acção

No final, os formandos avaliarão a oficina de formação e o(s) formador(es) através do preenchimento de um inquérito online.

Bibliografia fundamental

Abrahão, M.H.M.B. (2007). Estudos sobre o erro construtivo – uma pesquisa dialógica. Educação RS, ano XXX, nº especial, 187-207.

Abrecht, R. (1994). A avaliação formativa. Porto: Edições ASA.

ARG (2002). Assessment for Learning: 10 principles. Consultado em 17 de fevereiro de 2017 <http://www.assessment-reform-group.org.uk>

Black, P. e Wiliam, D. (1998). Inside the Black Box: Raising Standards Through Classroom Assessment. Phi Delta Kappan, 80(2), 139-148.

Black, P. e Wiliam, D. (2006). Assessment for learning in the classroom. In J. Gardner (Ed.), Assessment and learning. London: Sage, 9–25.

Black, P., Harrison, C., Marshall, B e Wiliam, D. (2003). Assessment for learning: putting it into practice. Buckingham, U.K.: Open University Press.

Clarke, S. (2005). Formative Assessment in the Secondary Classroom. Hodder Education.

Cowie, B. (2005). Pupil commentary on assessment for learning. The Curriculum Journal, 16(2), 137-151.

Davis, C. e Espósito, Y.L. (1990). Papel e função do erro na avaliação escolar. Cadernos de pesquisa, 74, 71-75. Consultado em 17 de fevereiro de 2017 <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n74/n74a09.pdf>

Gardner, J. (2008). Changing Assessment Practice. Process, Principles and Standards. Assessment Reform Group.

Gipps, C. (2003). As relações avaliativas. Educação e Matemática, nº 74, 86-89.

Harris, M. e McCann, P. (1998). Assessment. Oxford: Macmillan Heinemann.

Hattie, J. e Timperley, H. (2007). The Power of Feedback. Review of Educational Research, 77(1), 81–112.

Heritage, M. (2010). Formative Assessment, Making it Happen in the Classroom. Corwin.

Leite, C. e Fernandes, P. (2002). Avaliação das Aprendizagens dos alunos. Novos contextos, novas práticas. Rio tinto: Asa.

Ministry of Education of Canada (2007). Student self-assessment. Secretariat, Special edition nº 4. Ontario: MEC. Consultado em 17 de fevereiro de 2017 <http://www.edu.gov.on.ca/eng/literacynumeracy/inspire/research/StudentSelfAssessment.pdf>

Neves, Anabela e Ferreira, L. Antonieta (2015). Avaliar é Preciso? Guia prático de avaliação para professores e formadores. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, SA.

Paris, S. e Ayres, L. (2003). Becoming reflective students and teachers with portfolios and authentic assessment. Washington DC: APA.

Perrenoud, P. (1999). Avaliação, da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed.

Santos, L., (2002). Auto-avaliação regulada: porquê, o quê e como? Consultado em 17 de fevereiro de 2017 <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/298506.PDF>

Santos, L. (2003). A investigação em Portugal na área da avaliação pedagógica em Matemática. In Actas do XIV SIEM, 9-27. Lisboa: APM.

Santos, L. (2008). Dilemas e desafios da avaliação reguladora. DEFCUL, CIE, DIF, Projeto AREA.

Stobart, G. (2006). The validity of formative assessment. In J. Gardner (Ed.), Assessment and learning. London: Sage, 133–146.

Zabalza, M. (1997). Planificação e desenvolvimento curricular na escola. Rio Tinto: Edições ASA.

Wiliam, D. (1999). Formative assessment in mathematics. Equals: mathematics and Special Educational Needs, 5 (3), 8–11.

Wiliam, D. (2011). What is assessment for learning? Studies in Educational Evaluation, 7(1), 3-14.

Legislação:

Decreto – Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, na sua redação atual

Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril

Data de recepção 20-02-2019 **Nº processo** 97724 **Registo
de acreditação** CCPFC/ACC-90842/17

Data do despacho 11-04-2019 **Nº ofício** 375 **Data de
validade** 06-03-2020